



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

1. ABERTURA

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Castanheira de Pera, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, pelas dezoito horas e nove minutos, reuniu, ordinariamente, a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, sob a Presidência da Sra. Alda Maria das Neves Delgado Correia de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos restantes membros do Executivo:

- Vereador – João Miguel das Neves Graça (PPD/PSD);
- Vereador – Nuno Óscar Lopes Tomás (PPD/PSD);
- Vereador – Gonçalo Abílio Alves Lopes (PS);
- Vereador – António Manuel Henriques Antunes (PS).

Declarando aberta a reunião, a Sra. Presidente deu início à ordem de trabalhos, estabelecida e distribuída a todos os membros da Câmara Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 35.º e n.º 2 do artigo 53.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e que consta do seguinte:

I - LEITURA E VOTAÇÃO DE ATAS DE REUNIÕES ANTERIORES

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Intervenções dos Membros do Executivo

III - ORDEM DO DIA

A. Gabinete da Presidente

1. Relatório de avaliação do grau de observância do direito de oposição – Ano de 2018

B. Divisão de Administração Autárquica

1. Secção Administrativa

- 1.1. Protocolo de Colaboração “Por um País com bom Ar” celebrado com a APA, I.P. - Ratificação
- 1.2. Sport Castanheira de Pera e Benfica / Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera - 1.ª edição da caminhada “Viver Castanheira” – Pedido de apoio, de licenciamento e de isenção do pagamento de taxas – Ratificação de despachos
- 1.3. Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera – Pedido de atribuição de donativo para realização da atividade “Uma viagem pela Ciência...” – Ratificação de despacho
- 1.4. Tomás & Santos – Pedido de Licenças Especiais de Ruído
- 1.5. Protocolo de Cooperação entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e a Associação Nacional de Municípios Portugueses – Proposta de adesão
- 1.6. Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera – Apoio financeiro para 2019 - Proposta de Protocolo
- 1.7. Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera – Pedido de cedência de transporte e pedido de isenção do pagamento de taxas
- 1.8. Podium Events, S.A. – Pedido de parecer para passagem da prova velocipédica denominada “81.ª Volta a Portugal Santander”



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

- 1.9. Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera – Pedido de comparticipação de despesas de transporte – 1.º Ciclo e Jardim de Infância
 - 1.10. Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto – Departamentos do Pré-escolar do 1.º C.E.B. – Almoço de final de ano letivo
 - 1.11. Diálogos Sonantes – Pedido de autorização de ocupação de espaço para realização de rastreio auditivo
 - 1.12. CERCICAPER – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera – Pedido de cedência de transporte e de isenção do pagamento das respetivas taxas e pedido de apoio para cerimónia a realizar em 17/06/2019
 - 1.13. ADXTUR – Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto – Acordo de Parceria e Contrato de Consórcio
 2. Secção Financeira
 - 2.1. Balancete
 - 2.2. Pagamentos
 - 2.3. Alterações às Grandes Opções do Plano de 2019
 - 2.4. Alterações ao Orçamento de 2019
 - 2.5. Consolidação de contas do grupo municipal referente ao exercício de 2018
 3. Setor de Planeamento, Obras Particulares e Urbanismo
 - 3.1. Pedido de redução de taxas – Ratificação de despacho
 - 3.2. Pedido de confirmação do estado de conservação de imóvel
 4. Setor de Projetos, Obras Públicas e Equipamentos Municipais
 - 4.1. Condicionamento de vias ao trânsito - Empreitada de “Beneficiação, Reparação, ampliação da Rede de Saneamento e Pluviais (Rua João Bebiano e Praceta 15 de Novembro de 1502” – Ratificação de despacho
 - 4.2. Passadiços das Quelhas – Abertura de procedimento
 5. Setor de Ambiente
 - 5.1. Hasta pública para alienação de material lenhoso
- IV - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

2. LEITURA E VOTAÇÃO DE ATA DE REUNIÃO ANTERIOR

A Sra. Presidente começou por referir que havia alguns constrangimentos com a elaboração das atas devido à sua extensão, razão pela qual se encontram atrasadas.

Seguidamente, após apresentação da ata n.º 7/2019, de 15 de abril, usou da palavra o Sr. Vereador António Antunes para, em primeiro lugar, informar os presentes de que enviou a Declaração de Voto e, em segundo lugar, para solicitar algumas correções ao conteúdo da ata, sublinhando que, em seu entender, aqueles documentos (atas) devem constituir uma súmula do sucedido na reunião, sendo, aliás, esse o ponto de partida das sugestões que os vereadores do PS têm apresentado, no intuito de que não haja omissões ou incorreções no conteúdo das mesmas.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

Em face das correções propostas, foi decidido por todos que a aprovação da ata n.º 7/2019 fosse adiada para posterior reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

3. INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

Tomando a palavra, a Sra. Presidente começou por prestar alguns esclarecimentos, nomeadamente acerca de algumas intervenções de munícipes ocorridas na reunião anterior, realizada a 30 de maio de 2019.

Assim, começou por relembrar os presentes da situação exposta pela Sra. Elisabete no sentido de que, alegadamente o autocarro não estaria a incluir no seu percurso o lugar da Moita. A propósito, a Sra. Presidente informou que, após contacto com a empresa Transdev, responsável pelo referido serviço, foi garantido que o percurso estaria a ser cumprido, havendo, inclusivamente, uma paragem considerada obrigatória naquele lugar.

Prosseguindo, agora a propósito da intervenção do Sr. Paulo Neves, a Sra. Presidente referiu que a questão sobre o contador já se encontrava resolvida, esclarecendo também que aquela alegada reclamação sobre a contagem de água referida pelo munícipe teria sido verbal e não escrita. Complementou dizendo que, relativamente à questão do local de cargas/descargas por ele suscitada, o mesmo teria efetivado um pedido nesta Câmara, mas que não era coincidente com aquilo que veio dizer em reunião de Câmara, pelo que cumpre agora esclarecer com o munícipe, qual a sua pretensão, uma vez que há uma clara divergência de regimes entre as duas soluções.

Prosseguindo, a Sra. Presidente prestou informação sobre a correspondência recebida via e-mail recentemente, quanto à transferência de competências, assegurando que a mesma será remetida aos Senhores Vereadores.

A propósito, informou sobre a receção da resposta à pronúncia acerca da transferência de competências no domínio da Educação, na qual se destaca o agradecimento aos contributos dados por esta Câmara sobre a questão.

Em complemento, solicitou aos Senhores Vereadores que procedam à análise daquele comunicado, ponto por ponto, por forma a ser, posteriormente, discutido em sede de reunião de Câmara.

Informou, ainda, que foi prorrogado até 30 de setembro o prazo concedido para os municípios e entidades intermunicipais se pronunciarem sobre a transferência de competências para o ano de 2020.

Ainda sobre a matéria, realçou a receção de um e-mail da FENPROF – Sindicato dos Professores da Zona Centro, no qual esta entidade apela a que seja assumida pelos municípios e respetivas assembleias municipais, a posição de não assunção daquelas competências, evitando a retirada de autonomia às escolas.

Como último ponto, informou também sobre uma comunicação do “ProTejo: Movimento pelo Tejo”, na qual fizeram constar a documentação relativa às deliberações tomadas pelo Conselho Deliberativo no passado dia 18 de maio, ao abrigo do “Projeto Tejo e Barragem do Alvito”, incluindo a revisão da Convenção de Albufeira.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

De seguida, a Sra. Presidente procedeu à leitura de relação de processos enquadrados no âmbito do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação e que foram objeto de despacho.

Para os devidos efeitos, e na sequência da deliberação da Câmara Municipal de 24 de novembro de 2017, delegando as competências previstas no n.º 1 e n.º 4 do artigo 5.º do RJUE na Presidente de Câmara, cumre-me informar:

- Proc.º 1207/2019 – José Alberto Gomes Neves – Reconstrução/alteração de moradia – Em 4 de junho de 2019 foi proferido o Despacho n.º 23/SPOPU/2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do projeto de indeferimento e promoção da audiência escrita do titular do processo.
- Proc.º 3230/2018 – Maria Fernanda Mendes Pires Bento e Herdeiros – Construção de Empreendimento de Alojamento Local – Em 5 de junho de 2019 foi proferido o Despacho n.º 24/SPOPU/2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do projeto de arquitetura e do pedido de licenciamento, pelo período de 24 meses, da operação urbanística supramencionada.
- Proc.º 2348//2019 – Fernando Sebastião Gomes Tomé – Pedido de Ocupação da Via Pública – Em 13 de junho foi proferido o Despacho n.º 24/SPOPU/2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legal, fazendo da presente deliberação parte integrante, o qual determinou a aprovação do pedido de ocupação da via, pelo período de 1 mês, do pedido suprarreferido.

Encerradas as informações, a Sra. Presidente procedeu à realização de uma breve contextualização das cerimónias ocorridas no dia de ontem, 17 de junho, destinadas a homenagear as vítimas do trágico incêndio ocorrido no ano de 2017.

Nesta senda explicou que, logo pela manhã, houve lugar, no Salão Nobre, uma reunião de trabalho que contou com a presença de diversas entidades, designadamente o Sr. Primeiro-ministro, o Sr. Ministro do Ambiente e da Transição Energética, o Sr. Ministro da Administração Interna, o Sr. Ministro-adjunto e da Economia, o Sr. Ministro das Infraestruturas e Habitação, o Sr. Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, o Sr. Ministro do Planeamento e ainda de alguns Secretários de Estado, nomeadamente da Floresta e Desenvolvimento Rural, e da Valorização do Interior e do Desenvolvimento Regional. A par destas entidades, marcou também presença a Sra. Presidente da CCDRC e os Srs. Presidentes dos sete municípios afetados pelos incêndios de junho de 2017.

Mais referiu que a aludida reunião foi interrompida para que os participantes estivessem presentes na missa em homenagem às vítimas.

Retornando, seguiu-se uma breve cerimónia onde interveio, nomeadamente, o Sr. Primeiro-Ministro, a Sra. Presidente da Associação de Vítimas do Incêndio de Pedrógão Grande e o Sr. Arquiteto Souto Moura, tendo este último explicado, em traços gerais, um projecto da sua autoria que pretende homenagear as vítimas dos



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

incêndios. Na mesma cerimónia procedeu-se, ainda, à outorga de um Protocolo entre a Associação de Vítimas do Incêndio e as Infraestruturas de Portugal, S.A.

À tarde, prosseguiu-se a reunião iniciada pelas nove e meia da manhã, tendo sido então pedido a cada município que expusesse o ponto de situação do seu território, quer a nível habitacional, quer a nível do Fundo de Emergência Municipal, as dificuldades sentidas, os procedimentos que ainda se encontravam por concluir, a que se seguiu a análise dos valores apresentados por cada um dos municípios. No final, realizou-se um balanço destes dois anos decorridos até à presente data.

A Sra. Presidente referiu ainda que notou uma especial sensibilidade por parte do Governo para as questões suscitadas, realçando também que foi efetuado por todos os participantes um forte apelo às entidades do poder central e aos membros do Governo para que concedessem apoio na concretização das medidas instauradas.

Prosseguindo, a Sra. Presidente referiu que, pelas suas características e temas abordados, aquela reunião revelou-se de extrema relevância para a construção de soluções concertadas entre os municípios e o Governo, considerando que aquelas reuniões se deviam repetir noutros contextos, por forma a haver a promoção de uma adequada tutela dos interesses públicos que se querem ver cumpridos, tendo ela própria, em sede de reunião, elogiado a iniciativa, por considerar que só com esta proximidade poderemos ter algum apoio mais incisivo nestes territórios.

Conforme informação veiculada pela Sra. Presidente, no decorrer da dita reunião, foi opinião unânime que estes territórios têm um problema para resolver em termos de demografia, o que, na sua opinião, só se resolve com a criação de postos de trabalho, e que também foi realçada a carência de medidas específicas para estas regiões, tendo, nesta senda, sido pedido ao Governo que fossem instituídos alguns benefícios a quem se quisesse instalar no interior.

Ainda a propósito do assunto, a Sra. Presidente elencou mais alguns dos temas-base daquela reunião, nomeadamente: debate acerca do futuro destes territórios, incentivo à criação de programas de apoios para fixação de pessoas nas regiões de baixa densidade populacional, a necessidade de cooperação/articulação com a CCDR e a Secretaria de Estado da Valorização do Interior, e a morosidade inerente aos procedimentos em termos de contratos públicos, tendo os membros do Governo manifestado a sua compreensão quanto aos problemas elencados, bem como sensibilidade para serem tomadas medidas adequadas.

Continuando, a Sra. Presidente referiu que outro tema-base primordial foi o debate sobre a Floresta, a descontinuidade do eucalipto e o Plano de Revitalização do Pinhal Interior, relativamente ao qual se comprovou a necessidade de implementação do 3º Eixo.

Por fim, e conforme informação também veiculada pela Sra. Presidente, foi ainda discutida a temática atinente ao Cadastro e à correspondente proposta de diploma apresentada em Assembleia da República.

Em seguida, a Sra. Presidente informou ainda que, no dia de hoje, o Município recebeu a visita de dois Deputados e do Presidente do grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República, bem como do Sr. Presidente da



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

concelhia do PSD de Figueiró dos Vinhos, tendo sido, igualmente, formulado um apelo aos mesmos, para a aprovação daquele do referido diploma concernente ao Cadastro.

Para terminar, informou que já foi recebido outro parecer favorável, emitido pela DRAPC, relativo ao Regadio do Bolo.

Posteriormente ao relato dos acontecimentos ocorridos, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes solicitou a palavra, expressando de antemão o seu lamento pela impossibilidade dos Vereadores do PS estarem presentes nas cerimónias e apelando para que as suas ausências não sejam entendidas como menosprezo pela importância da data assinalada no dia de ontem. Todavia, e em virtude dos seus compromissos profissionais, tornou-se impossível estarem presentes naquelas cerimónias, tanto ele, como o Sr. Vereador António Antunes.

Para além disto, demonstrou o seu agrado pelo facto de o Governo ter decretado o dia 17 de junho como Dia de Luto Nacional, acrescentando que tal vai de encontro à proposta apresentada pelo Partido Socialista sensivelmente há um ano atrás em sede de reunião de Assembleia Municipal, no sentido de ser decretado aquele dia como de Luto Municipal, pois considera a aludida tomada de posição uma nobre forma de homenagear, sobretudo os que pereceram, perante a calamidade que nos assolou.

Prosseguindo, acrescentou que, apesar de compreender e estar satisfeito com as informações prestadas pela Sra. Presidente, em sua opinião enquanto munícipe, os acontecimentos ocorridos no dia de ontem deveriam ter sido realizados com maior recolhimento.

Continuando, ainda sobre o assunto, referiu também que, em seu entender, a vinda daquelas entidades deve ser aproveitada para manifestar os problemas com que estes territórios se debatem diariamente, bem como para alavancar novas formas de diferenciação e construção de medidas de apoio que beneficiem estes territórios. Concluiu, referindo que a melhor forma de homenagear as vítimas passa pela construção de soluções válidas que incentivem a uma verdadeira estratégia de desenvolvimento e que permita contrariar este estado depressivo que por todos é reconhecido.

Face àquela declaração de necessidade de maior recolhimento, a Sra. Presidente tomou a palavra para clarificar que a única iniciativa levada a cabo pelo Município foi a organização da missa de homenagem, conjuntamente com os Municípios de Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, realçando, ainda, que a assinatura do protocolo já referido consubstanciou um pedido de última hora, do qual pouca informação se detinha para além da necessidade de um espaço para o efeito.

Retomando a palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes abordou, novamente, o assunto da alegada permuta estabelecida entre os pais do Sr. Gil Castro Martins e esta Câmara, solicitando conclusões e documentação, e avançando que, eles próprios teriam construído uma proposta de resolução da referida questão.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

Em resposta, a Sra. Presidente realçou o facto de se tratar de um assunto que se tem arrastado desde 1999 e que, no seu entender, tal morosidade se prende aos circunstancialismos que o acompanham, aproveitando para informar que foi realizada, de novo, pelos serviços camarários, a leitura das atas correspondentes aos exercícios do Sr. Ex-Presidente Dr. Pedro Barjona no sentido de ser encontrada alusão à alegada permuta, tendo os resultados daquelas buscas sido concordantes com aquilo que já tinha sido dito em reunião anterior, isto é, pela inexistência de deliberações que façam referência explícita à decisão sobre aquele ato, o que coloca naturais constrangimentos à resolução da questão.

No uso da palavra, os Srs. Vereadores do PS corroboraram das conclusões explanadas pela Sra. Presidente, revelando que, também eles realizaram buscas nesse sentido, tendo apenas encontrado a ata referente à reunião de 31 de outubro de 2014, onde consta a intervenção do Dr. Castro Martins a expor o assunto.

Todavia, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez alusão à existência na Câmara Municipal de um levantamento topográfico, onde se verifica que houve lugar à realização de obras em dois artigos matriciais pertencentes ao Dr. Castro Martins, para a construção do mural e da estrada.

Assim, em jeito de proposta, questionou se o mesmo pode servir de prova bastante sobre a existência da permuta por forma a resolver esta questão, ou seja, se não se poderá votar agora a regularização deste assunto.

Intervindo, a Sra. Presidente referiu que o assunto já se encontra em análise pela Consultadoria Jurídica e que, em sua opinião, deve ser este tipo de resposta a dar ao assunto, evitando, assim, eventuais constrangimentos futuros que daqui possam advir, considerando que a Câmara Municipal deverá agir em conformidade com o parecer jurídico solicitado.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes fez ainda alusão à viabilidade da hipótese trazida pelo Sr. Dr. Castro Martins, de solicitar a intervenção do Sr. Ex-Presidente Dr. Pedro Barjona por forma a desconstruir a situação, aproveitando a sua disponibilidade para o efeito, tendo a Sra. Presidente atestado que se essa constituir juridicamente a melhor solução, será convocado para fazer parte dela.

Discutido este assunto, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes colocou algumas questões acerca de certas declarações prestadas pela Sra. Presidente a órgãos de comunicação social, nas quais manifestava a escassez de recursos humanos deste Município, designadamente a existência de apenas um engenheiro civil desde dezembro de 2018 e a ausência de um engenheiro florestal.

Nesta senda, demonstrou a sua indignação relativamente àquela afirmação proferida pela Sra. Presidente, uma vez que esta Câmara conta com a colaboração de dois engenheiros civis.

Face a esta declaração, a Sra. Presidente explicou que o Engenheiro Civil que entrou em dezembro de 2018 veio ocupar a vaga em aberto no Departamento de Obras e que o outro Engenheiro Civil, mais concretamente, o Eng.º Rui Silva,



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

não se encontra a desempenhar funções, diretamente, no referido Departamento de Obras, estando afeto a outras incumbências.

No uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes reportou-se também à afirmação proferida pela Sra. Presidente em entrevista à Antena 1 no sentido de que a Câmara apenas dispunha de um engenheiro civil desde 2018 e expressou uma palavra de solidariedade para com o engenheiro civil que já existia nos quadros, por considerar que é um desmerecimento e desconsideração não o terem contabilizado naquela entrevista. Acrescentou que a entrevista da Sra. Presidente onde faz referência ao engenheiro civil e ao engenheiro florestal foi, inclusivamente, notícia no programa da RTP “Prós e Contras”.

Em complemento, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que no programa “Prós e Contras” o Dr. José Manuel Moura tentou repor alguma verdade defendendo que não era bem assim porque o Município havia tido engenheiro florestal até há algum tempo atrás.

Volvendo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que a questão do engenheiro florestal é outro problema, porque efetivamente o Município não tem um engenheiro florestal no quadro desde há dois anos, mas tinha uma avença com um engenheiro florestal, tendo a Sra. Presidente retorquido que esse engenheiro florestal tinha uma avença de 6 meses.

Continuando, o Sr. Vereador António Antunes fez notar que a avença era apenas de 6 meses e não tinha sido prolongada porque o Executivo assim o entendeu, acrescentando que, efetivamente, é uma opção do Executivo ter um engenheiro florestal avençado pelo período que considera adequado, não podendo é vir depois dizer que não tem engenheiro florestal, pois se existisse essa necessidade por mais tempo teria de contratar. Mais, lembrou que o mesmo se passou com o engenheiro do ambiente, com o qual a Câmara tinha uma avença, tendo o mesmo sido dispensado a dois meses do período crítico, critério que é exclusivamente da responsabilidade do Executivo.

Contrapondo, a Sra. Presidente esclareceu que o Município teve uma engenheira florestal no quadro desde 2008 até 2017, período em que foi autorizada uma mobilidade que não assegurou o interesse público, sendo este o facto que subjaz à ausência, até aos dias de hoje, deste fundamental recurso nos serviços.

Seguidamente, alertou ainda, no seguimento da discussão, de que deveria ter sido efetuado um novo Plano de Defesa da Floresta, o que não aconteceu, encontrando-se o mesmo caducado desde 2015.

O Sr. Vereador António Antunes disse respeitar a leitura da Sra. Presidente porque são factos, mas reiterou que o Município teve, recentemente, um engenheiro avençado para o cumprimento de certas funções, por tempo que o executivo considerou suficiente, impondo-se, em sua opinião, que tivesse sido efetuado um juízo de adequabilidade, por forma a aferir se era suficiente às necessidades do Município. Mais acrescentou, que em seu entender a falta de um



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

engenheiro florestal pode ter a mesma solução que foi encontrada para a apresentação das candidaturas, isto é, o recurso à contratação.

No âmbito da discussão deste tema, a Sra. Presidente referiu que aquela contratação tinha fins específicos de que destaca o acompanhamento na realização das faixas de gestão de combustível e que a mesma cessou. Referiu também que existe uma morosidade inerente aos procedimentos de contratação, notando a existência de prazos que têm de ser cumpridos o que arrasta o procedimento em causa.

De novo no uso da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes considerou que *“é demasiado tempo”* e teria sido melhor optar pela continuidade da avença até que se concluísse o procedimento concursal atinente ao preenchimento da vaga de Engenheiro Florestal, evitando assim esta ausência em período crítico, que é da *“responsabilidade exclusivamente”* do executivo.

Interveio o Sr. Vereador João Graça referindo que se os recursos do Município fossem ilimitados a responsabilidade era nossa, porém não são ilimitados.

Neste âmbito foi discutida a questão de haver ou não constrangimentos financeiros que possam impedir as contratações, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes argumentado que a *“questão de base aqui são as prioridades que os Senhores definem e a gestão que fazem dos recursos humanos ou a falta dela”*.

Retorquindo, a Sra. Presidente argumentou que os Senhores Vereadores do PS não podem fazer uma análise sem ter por base todos os critérios que lhe são inerentes, tendo o Sr. Vereador João Graça reiterado as limitações de que o Município padece.

Nesta senda, o Vereador António Antunes referiu que o percurso do Plano Municipal da Defesa da Floresta levou à subcontratação de um serviço, questionando a Sra. Presidente porque é que não tomou aquela decisão antes, acrescentando que não entende a demora uma vez que, segundo a Sra. Presidente, as limitações e os recursos são iguais aos que tinha anteriormente e, de qualquer forma, teve de arranjar verba para o efeito.

Intervindo, a Sra. Presidente perguntou se os Senhores Vereadores sabiam quanto custava contratar um serviço para fazer um Plano Municipal de Defesa da Floresta, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes interrogado qual o interesse dessa questão para o caso, uma vez que é obrigatório elaborá-lo para estar em vigor.

Retomando, a Sra. Presidente respondeu que o custo a despende com a elaboração/revisão do Plano Municipal da Defesa da Floresta em 2015 teria sido menor, uma vez que existia no quadro do Município uma Engenheira Florestal, questionando, então, o porquê de não ter sido feito nessa altura.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

Usando da palavra, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que aquele comentário era *“um exercício estéril”*, lembrando que nessa altura tanto ele como o Vereador António não exerciam funções autárquicas.

Em seguida, fez referência às palavras do Sr. Vereador António Antunes sobre o Eng.º Rui Silva, manifestando também solidariedade para com aquele técnico, acrescentando que, em sua opinião, se impõe um pedido de desculpas pelo *“desmerecimento e pela desqualificação”* de que foi alvo por parte da Sra. Presidente na entrevista do dia anterior.

Interrompendo, a Sra. Presidente esclareceu que na entrevista apenas se referiu à substituição do engenheiro civil que faleceu aquando dos incêndios e à falta de recursos no setor das obras, tendo o Sr. Vereador Gonçalo Lopes replicado, dizendo que não foi essa a ilação tirada por quem ouviu a entrevista.

Retomando, a Sra. Presidente agradeceu a chamada de atenção dos Senhores Vereadores do PS porque não se tinha apercebido de que as suas palavras podiam ser entendidas desse modo, pelo que iria esclarecer o assunto com o Sr. Eng.º Rui Silva por quem, afirmou, tem a maior das considerações.

Continuando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes reiterou quanto ao engenheiro florestal que não é aceitável que este tipo de procedimentos demore tanto tempo, tendo a Dra. Bernardina, a pedido da Sra. Presidente, informado que o procedimento se encontrava na fase final e que estaria concluído brevemente.

Volvendo, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes salientou *“no mínimo os Senhores mantinham a avença que tinham”* sublinhando que *“não há que contornar, entrámos no período crítico sem engenheiro florestal, sem plano florestal”*.

Mais, salientou que no site do Município está um contacto do GTF, cujo horário de atendimento é das 9h00 às 5h00, que é o horário de expediente, situação que considera *“inaceitável”* porque pode haver uma situação fora deste horário.

Prosseguindo, referiu que outro facto que considera agravar tudo isso é terem *“mandado embora”* um outro avençado que o Município possuía, referindo, mais concretamente, o engenheiro do ambiente que tinha reconhecidamente qualificações para prestar auxílio nas questões de proteção civil.

Continuando, acrescentou que a gestão que é feita dos recursos é opção inteiramente do Executivo em funções e, como tal, não podem legitimar as declarações prestadas pela Sra. Presidente ontem e que são hoje notícia por toda a comunicação social.

Afirmou, ainda, que a imagem que fica como resultado das declarações prestadas pela Sra. Presidente é uma imagem *“miserabilista de um concelho que parece inevitavelmente condenado ao abismo”*. Declarações que considera lamentáveis e que não podem ser proferidas pela Presidente da Câmara, enquanto líder deste concelho, alegando que, em sua opinião, a Sra. Presidente deve ter uma atuação de modo a *“não fazer de nós uns coitadinhos, pobretanas que não vamos conseguir dar a volta ao texto”*.

Para terminar, referiu que *“a melhor forma de homenagear quem perdeu alguma coisa na catástrofe que se abateu sobre estes territórios é devolver-lhes*



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

esperança, dar-lhes visão, dar-lhes a mão na construção de soluções efetivas que permitam dar a volta a esta situação”.

Retomando a palavra, a Sra. Presidente contrapôs a intervenção do Sr. Vereador Gonçalo Lopes argumentando que todo o seu trabalho é em prol do desenvolvimento do concelho.

Encerrado o tema, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes congratulou o executivo pela rápida solução que deu à questão apresentada pelos Vereadores do PS em sede de reunião sobre o acesso à casa da D. Dolores, em Valinha Fontinha.

Prosseguindo, questionou ainda se aquele levantamento de situações análogas, ou seja, das vias que careciam de intervenção já estaria concluído, tendo o Sr. Vereador João Graça informado que estava em execução.

Em seguida, fez referência a uma situação que supõe que o Município já tem identificada porque tem o mesmo enquadramento da D. Dolores, que é no Dordio em frente ao lagar, questionando se aquela via vai ser asfaltada. Aproveitou também para solicitar que o Executivo procedesse ao corte das árvores ali existentes uma vez que constantemente caem deixando a zona sem luz elétrica.

Tomando a palavra, o Sr. Vereador Nuno Tomás informou que têm conhecimento da situação e que está a ser analisada porque é necessário aferir se aquele acesso é ou não público, parecendo-lhe que se trata de um acesso privado.

Nessa sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes colocou-se ao dispor para ajudar na resolução daquela questão uma vez que a conhece bem.

Em seguida, interveio o Sr. Vereador António Antunes questionando sobre o ponto de situação do processo de alteração das sombras na Praia das Rocas, tendo a Sra. Presidente respondido que a ideia é ainda ser feita essa alteração.

O Sr. Vereador António Antunes fez uma chamada de atenção de que a alteração das sombras é importante, porém não se coaduna com a época e é importante tentar minimizar os constrangimentos inerentes, tendo a Sra. Presidente referido que essa situação será, com certeza, assegurada.

Continuando, o Sr. Vereador António Antunes fez referência a uma questão já abordada anteriormente e que tem a ver com as faixas de gestão de combustível que seriam intervencionadas pela EDP.

Deu conta que, na altura que esta questão foi abordada, a Sra. Presidente informou que iriam avaliar o valor e as áreas que seriam intervencionadas nesse âmbito. Assim, questionou se neste momento já tem alguma informação do Eng.º Lobo Gonçalves sobre o assunto ou se o Município já fez algum levantamento, salientando, ainda, a importância desta maior valia da EDP.

Sobre a questão colocada, a Sra. Presidente referiu não ter mais nenhuma informação. Anotou que este ano foram identificados cerca de 9 hectares de área não ardida por intervir, sendo que no ano passado foram intervencionados cerca de 40 hectares.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

De novo do uso da palavra, o Sr. Vereador António Antunes disse lamentar que à data ainda estejam 9 hectares por fazer sem contar com os 40 que foram intervencionadas o ano passado e que provavelmente já necessitarão de nova intervenção.

Interrompendo, a Sra. Presidente alegou que os 40 hectares alvo de intervenção no ano anterior provavelmente não necessitarão de cortes, mas apenas de pequenas intervenções.

Volvendo, o Sr. Vereador António Antunes referiu que, ainda assim, a 18 de junho se esperava que esta situação estivesse resolvida.

Sobre esta temática, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes usou da palavra para fazer referência a uma informação que foi dada em sede de reunião anterior sobre a intenção de aquisição de equipamentos para fazer este trabalho, questionando se os mesmos já foram adquiridos.

Em resposta a Sra. Presidente informou que ainda não tendo o Sr. Vereador Nuno Tomás complementado que o procedimento está em curso e demora o seu tempo.

Na sequência da resposta, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que sabe que os procedimentos demoram o seu tempo, no entanto todos sabem que estes equipamentos já são necessários há bastante tempo, recordando que já no ano passado, a propósito da discussão dos 200 mil euros, os Vereadores do PS o propuseram. Na altura, o Executivo em funções era da opinião que deveria contratualizar os serviços e depois *“refizeram a vossa estratégia e vieram ao encontro daquilo que tínhamos proposta, e bem”*.

Por fim, deixou um apelo para que, na medida das possibilidades, se possa agilizar a aquisição desse equipamento, nos melhores termos para o Município, para se poderem efetuar as necessárias limpezas.

Nesta senda, o Sr. Vereador António Antunes tomou a palavra para deixar uma nota sobre a limpeza das estradas e o estado das bermas quer na Vila quer nas Aldeias, acrescentando que, em sua opinião, se *“queremos ter um cunho de Turismo bastante vincado”* é necessário manter uma imagem digna durante todo o ano, o que nem nesta altura acontece em muitas zonas do Concelho.

Interrompendo, a Sra. Presidente transmitiu que, entretanto, estão a decorrer as limpezas em diversas zonas no concelho.

Prosseguindo, o Sr. Vereador António Antunes congratulou-se pelo apoio concedido na caminhada da Liga Contra o Cancro efectivado, nomeadamente, pela oferta de garrafas de água aos participantes.

Mais acrescentou que, durante a caminhada foi referido que aquele apoio teria sido dado pela Sra. Presidente e pelos Srs. Vereadores, pelo que pretendia



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

saber qual o valor que cabe a cada um dos Vereadores, tendo a Sra. Presidente esclarecido que as garrafas foram oferecidas pelo Município.

Ainda no uso da palavra, referiu que tem conhecimento da existência de municípios que se deslocam a esta Câmara de táxi para proceder ao pagamento da conta da água, considerando tal facto inadmissível.

Prosseguindo, disse que as alterações levadas a cabo por este Município se têm revelado inconvenientes para a população, pelo que, no seu entender, deveria ter sido mantida a forma tradicionalmente utilizada para o referido pagamento, nem que fosse numa fase intermédia de transição, tendo, nessa sequência, o executivo explicado as razões das mudanças.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes abordou o assunto da Fábrica Barros III, questionando qual era o entendimento do executivo.

Em resposta, a Sra. Presidente expressou o entendimento de que a aquisição da Fábrica Barros III não lhe parece a solução prioritária para incentivar a implementação de novas empresas e, com isso, assegurar a fixação de postos de trabalho e pessoas. Referindo que se lhe afigura como melhor opção a revitalização ou criação de um parque industrial.

Interrompendo, o Sr. Vereador António Antunes lembrou que o parque existente em Castanheira não reúne condições para acolher mais empresas e que o Município não pode aguardar a criação de um parque cujo processo poderá demorar mais de 3 anos, havendo assim necessidade de serem tomadas medidas urgentes.

Retomando, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes deu como exemplo o Município de Figueiró dos Vinhos, para referenciar a existência, na zona, de parques industriais.

Prosseguindo, o Sr. Vereador António Antunes questionou o executivo se conseguem avançar um valor total para a aquisição e renovação da Barros, por forma a perceber qual é o investimento que se afigura mais rentável, pois, ao que lhe parece, tal estudo ainda não foi realizado, não podendo continuar a ser castrados investimentos sem que seja feito um verdadeiro estudo, referindo também que outros Municípios têm apostado fortemente na implementação de empresas e que o nosso Município não.

Por fim, fez alusão à questão da Lusiaves, informando que a mesma já se encontra instalada em Oleiros, ao que a Sra. Presidente respondeu que, do que é do seu conhecimento, se mantém o interesse daquela empresa em investir no nosso território, incluindo-o na listagem de concelhos prioritários.

Terminado este ponto, a Sra. Presidente passou aos restantes pontos constantes na ordem do dia.

ORDEM DO DIA



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

3. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – ANO DE 2018

Presente Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição, referente ao período de 01/01/2018 a 31/12/2018, a ser remetido ao Presidente da Assembleia Municipal e aos titulares do direito de oposição, para efeitos de exercício do direito de pronúncia, nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei n.º 24/98, de 26 de maio.

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o referido relatório, cuja cópia se anexa à presente deliberação e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.

DISCUSSÃO:

Usou da palavra o Sr. Vereador Gonçalo Lopes para tecer algumas notas sobre o documento apresentado referindo, desde logo, que os Vereadores do PS têm pedido “*sistematicamente*” uma quantidade de documentos que, até à presente data, não lhes foi enviado.

Intervindo, o Sr. Vereador António Antunes mencionou que fazia suas as palavras do Sr. Vereador Gonçalo e que pretendia fazer uma pergunta.

Assim, questionou qual era a sensibilidade que este Executivo tinha, perante a conclusão deste relatório, para o cumprimento, de facto, da questão do direito de oposição, acrescentando que há pontos, como é óbvio, que, no geral, são cumpridos, como por exemplo o envio da ordem de trabalhos das reuniões de Câmara e as atas, contudo há pedidos de documentação que “*se andam a arrastar*” e nunca são entregues.

Tomando a palavra, a Sra. Presidente pediu aos Srs. Vereadores do PS que lhe dêem informação sobre a documentação à qual não tiveram acesso, para que esta situação se regularize.

Na sequência, o Sr. Vereador Gonçalo Lopes referiu que esse não é o procedimento correto, que não são eles (os Vereadores do PS, entenda-se) que presentemente têm de ir verificar quais os documentos que solicitaram até agora e fazer uma listagem dos mesmos. O procedimento correto é, sempre que os Vereadores do PS solicitam um documento, o Executivo “*tem a obrigação*” de o enviar no prazo legalmente estabelecido, citando alguns dos documentos solicitados.

De novo com a palavra, o Sr. Vereador António Antunes pediu, antes de mais, que não levassem a mal a expressão que iria utilizar, comentando que ao ler este relatório se sente “*quase ofendido*” pela conclusão que o documento apresenta, pois considera que não espelha aquilo que se tem vindo a fazer neste órgão.

Nesta senda, lembrou que os Vereadores do PS já invocaram a Lei que regula esta matéria mais de uma vez e que, inclusivamente, já a citaram “*porque de facto, há situações que não são cumpridas, não são garantidas*”.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

Retomando a palavra, a Sra. Presidente disse que agradecia que os Senhores Vereadores do PS lhe fizessem um levantamento dos documentos em falta, se não lhes causasse muito transtorno.

Em resposta, o Sr. Vereador António Antunes avisou que poderiam fazer uma informação com base nas anotações que tem por hábito tirar no decorrer da discussão das diversas matérias em sede de reunião de Câmara, mas tais anotações servem apenas para se sentir minimamente informado.

Não se registando mais intervenções, a Sra. Presidente submeteu o assunto a votação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com a abstenção dos Srs. Vereadores do PS.

Os Srs. Vereadores do PS justificaram o seu sentido de voto com o facto de terem solicitado documentos que não lhes foram fornecidos, não concordando, assim, com as conclusões do Relatório em causa.

**4. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO “POR UM PAÍS COM BOM AR”
CELEBRADO COM A APA, I.P. - RATIFICAÇÃO**

Presente Protocolo de Colaboração celebrado com a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P., tendo por objeto o enquadramento da cooperação entre as duas partes no âmbito da promoção da divulgação da campanha “Por um País com bom Ar” e das iniciativas do dia Nacional do Ar.

Considerando a relevância da campanha e das iniciativas subjacentes ao protocolo em apreço, nomeadamente, no que concerne ao domínio do ambiente;

Considerando que a data agendada para a assinatura do protocolo não se coadunava com a realização de uma reunião de Câmara, encontrando-se, assim, verificados o carácter excecional e urgente da situação;

A Senhora Presidente procedeu à outorga do documento, nos seus precisos termos, propondo-se que, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar tal ato.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

**5. SPORT CASTANHEIRA DE PERA E BENFICA/ ASSOCIAÇÃO
HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CASTANHEIRA DE PERA
– 1ª EDIÇÃO DA CAMINHADA “VIVER CASTANHEIRA” – PEDIDO DE APOIO,
DE LICENCIAMENTO E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS –
RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS**

Presente e-mail do Sport Castanheira de Pera e Benfica a informar que, numa organização conjunta com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera e a Prazilândia, Turismo e Ambiente, E.M., e com o apoio da Associação de Atletismo de Leiria, pretendia levar a efeito, no dia 16 de junho de 2019, a 1.ª edição da prova “Viver Castanheira” E.M., que incluiu uma estafeta (misto de estrada e trail e, por isso, inédita no distrito de Leiria), trail e uma caminhada.



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

Presente também carta da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera, datada de 11 de junho de 2019, solicitando apoio logístico no âmbito da realização daquela iniciativa, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando os pareceres emitidos pela Guarda Nacional Republicana – Destacamento Territorial de Pombal e pelo ICNF, datados de 04/06/2019 e 13/06/2019, respetivamente, informando não haver inconveniente na realização da referida prova, mediante o cumprimento de todos os requisitos mencionados nos aludidos pareceres;

Considerando que a iniciativa em apreço constituía uma mais-valia para o concelho, contribuindo para a divulgação e promoção turística do mesmo, concorrendo, igualmente, para o fomento do desporto ao ar livre e a adoção de hábitos de vida saudáveis;

Considerando que a realização da referida prova desportiva ocorreu em data anterior à presente reunião e o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação;

Foi emitido o licenciamento da prova, concedido o apoio logístico solicitado e isentados os requerentes do pagamento das respetivas taxas, propondo-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar os respetivos despachos de deferimento dos pedidos.

DISCUSSÃO:

O Sr. Vereador Gonçalo Lopes usou da palavra para deixar congratulações relativamente à organização desta iniciativa, considerando-a como uma excelente forma de dinamização deste território.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador Nuno Tomás pediu escusa por pertencer ao órgão de direção da AHBVCP, a qual foi aceite, pelo que não participou da apresentação, discussão e votação deste assunto, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

6. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE ATRIBUIÇÃO DE DONATIVO PARA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE “UMA VIAGEM PELA CIÊNCIA...” – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Presente e-mail da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Castanheira de Pera, informando que no âmbito do seu Plano Anual de Atividades tem prevista a realização da atividade denominada – “Uma viagem pela Ciência...”, dirigida às crianças da Educação Pré-Escolar e aos alunos dos 1.º aos 4.º anos de escolaridade, e pedindo a atribuição de um donativo para o efeito.

Considerando a atividade proposta de relevante interesse para a comunidade escolar, permitindo-lhe tomar contacto com formas diferentes de abordar a temática em causa, sendo, igualmente, uma oportunidade para alargar conhecimentos neste âmbito;

Considerando que a atividade ocorreu em data anterior à presente reunião de Câmara, não se coadunando, assim, com a mesma;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

Foi dado deferimento ao pedido formulado, através da assunção direta pelo Município do custo suportado com a realização da referida atividade, que se cifrou em 353,50 € (trezentos e cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos)

Assim, propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar a decisão tomada.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

O Sr. Vereador António Antunes pediu escusa relativamente a este assunto, em virtude de ser familiar (marido) da Presidente da Associação de Pais, o que foi aceite, pelo que o mesmo não participou da apresentação, discussão e votação da presente deliberação, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

7. TOMÁS & SANTOS – PEDIDO DE LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO

Presentes dois requerimentos apresentados pela empresa Tomás e Santos, Lda., representada por António José dos Santos Carvalho, solicitando a concessão de licenças especiais de ruído, nos termos do Regulamento Municipal sobre Instalação e Funcionamento de Recintos de Espetáculos e Divertimentos Públicos e com base no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, para a realização de atividades ruidosas com música ambiente no estabelecimento comercial designado por Quase Bar, respetivamente, nos dias 12, 14 e 15 de junho e todas as sextas-feiras e sábados dos meses de junho, julho e agosto de 2019, no horário compreendido entre as 21h.00 e as 04h.00.

Considerando que a data das primeiras atividades não se coadunava com a realização de reunião de Câmara e o processo se encontrava devidamente instruído, não existindo impedimentos que obstassem à sua apreciação, foram emitidas as licenças requeridas para os dias 12, 14 e 15 de junho p.p., propondo-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar o respetivo despacho de deferimento.

Mais se propõe, que a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao restante pedido, autorizando a concessão de licença especial de ruído para todas as sextas-feiras e sábados dos meses de junho, julho e agosto de 2019, nos termos solicitados pelo requerente.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

A Sra. Presidente pediu escusa relativamente a este assunto, em virtude de ser familiar (cunhada) do requerente, o que foi aceite, pelo que a mesma não participou da apresentação, discussão e votação da presente deliberação, tendo-se ausentado da sala de reuniões.

8. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A COMISSÃO PARA A CIDADANIA E IGUALDADE DE GÉNERO E A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES – PROPOSTA DE ADESÃO

Presente e-mail da Associação nacional de Municípios Portugueses informando sobre a celebração de um Protocolo de Colaboração com a Comissão



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

para a Cidadania e a Igualdade de Género no âmbito do processo de autonomização e empoderamento das vítimas de violência doméstica e sensibilizando o Município para a importância da adesão ao mesmo.

Considerando a relevância e atualidade da temática subjacente ao referido protocolo, aliada à necessidade de envolvimento de toda a sociedade, nomeadamente, dos municípios para a criação de respostas a dar às carências sentidas pelas vítimas de violência doméstica;

Considerando que o Município já desenvolve muitas das tarefas objeto do protocolo;

Propõe-se que a Câmara Municipal, na senda do repto lançado pela Associação Nacional de Municípios, delibere aderir ao protocolo de colaboração em apreço, remetendo a esta entidade a respetiva ficha de adesão com a indicação da Técnica Superior de Serviço Social do Município como responsável pelo acompanhamento do mesmo.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

9. CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE CASTANHEIRA DE PERA – APOIO FINANCEIRO PARA 2019 – PROPOSTA DE PROTOCOLO

Presente carta remetida pelo Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera, datada de 08/05/2019, informando sobre a deficitária situação financeira da instituição e solicitando o apoio do Município no sentido de fazer face às necessidades decorrentes do seu funcionamento.

Considerando o elevado préstimo que esta entidade fornece no âmbito das respostas sociais do Município, de que resulta inegável benefício para a população local;

Considerando que, no Concelho, o Centro Paroquial é a única instituição a dar resposta social na sua área de atuação, nomeadamente, no que respeita ao apoio a crianças e jovens, através do serviço de creche e ATL, sendo, assim, essencial o prosseguimento da sua atividade;

Considerando, igualmente, o seu relevante papel como entidade empregadora no Concelho;

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 32.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aceda ao solicitado, através da atribuição de um subsídio à requerente no montante de 13.500 € (treze mil e quinhentos euros).

Atento ao disposto no Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios a Entidades e Organismos que Prossigam no Município Fins de Interesse Público, propõe-se, ainda, que a atribuição deste apoio seja formalizada mediante a outorga de protocolo, a celebrar nos termos da minuta que se anexa à presente deliberação, dela fazendo parte integrante para todos os devidos efeitos.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

10. CENTRO PAROQUIAL DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

Presente pedido formulado pelo Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera para cedência de transporte, com destino ao Rabaçal, no dia 28 de junho de 2019, com 7 crianças e 2 adultos, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum, a que acresce o relevante papel social desempenhado pelo Centro Paroquial nesta comunidade, propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder o transporte solicitado, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

11. PODIUM EVENTS, S.A. – PEDIDO DE PARECER DE PASSAGEM DA PROVA VELOCIPÉDICA DENOMINADA “81.ª VOLTA A PORTUGAL SANTANDER”

Presente e-mail da Podium Events, S.A. a informar que pretende realizar, entre 31 de julho e 11 de agosto de 2019, a prova velocipédica denominada 81.ª Volta a Portugal Santander, e a solicitar, para efeitos de licenciamento, parecer relativo à passagem nos percursos deste Município.

Encontrando-se o pedido devidamente instruído e não se verificando impedimentos que obstem à sua apreciação, propõe-se que, nos termos do disposto na alínea e) do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março, a Câmara Municipal delibere dar parecer favorável à passagem da prova nos percursos que se encontram sob jurisdição desta autarquia, mediante o cumprimento do determinado pelo artigo 10.º do mesmo diploma legal.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

12. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO DE DESPESAS DE TRANSPORTE – 1º CICLO E JARDIM DE INFÂNCIA

Presentes ofícios do Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto - Castanheira de Pera, datados de 27/05/2019, remetendo, para efeitos de comparticipação, fotocópia das faturas no valor de 1.140,00 € (mil cento e quarenta euros) e 600,00 € (seiscentos euros) referentes, respetivamente, à deslocação de 69 alunos do 1.º Ciclo a Lisboa, em 17/05/2019, e à deslocação de 26 alunos do Jardim de Infância a Santiago do Cacém, em 24/05/2019.

Considerando que as visitas de estudo são, por norma, atividades bastante enriquecedoras do percurso escolar dos alunos, permitindo-lhes adquirir novos conhecimentos e vivenciar ambientes e realidades diferentes do habitual;

Considerando que face ao valor das referidas faturas, bem como ao facto de, em regra, cada aluno suportar um custo de 5,00 € (cinco euros) nestas deslocações, as comparticipações em causa ascendem aos montantes de 795,00 € (setecentos e noventa e cinco euros) e de 470,00 € (quatrocentos e setenta euros), respetivamente;



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

Propõe-se que, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido de comparticipação em apreço, autorizando a transferência para o Agrupamento de Escolas do montante total de 1265,00 € (mil duzentos e sessenta e cinco euros).

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

13. AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DR. BISSAYA BARRETO – DEPARTAMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DO 1º C.E.B. – ALMOÇO DE FINAL DO ANO LETIVO

Presente ofício do Agrupamento de Escolas Dr. Bissaya Barreto - Castanheira de Pera - Departamento do 1.º Ciclo e do Ensino Pré-Escolar, informando que pretende realizar um almoço de encerramento do ano letivo com todos os intervenientes deste departamento e solicitando ao Município a oferta da aludida refeição, num dia da última semana de aulas.

Propõe-se que, conforme tem sido habitual, a Câmara Municipal delibere aceder ao solicitado, fomentando, assim, o são convívio e o espírito de união entre os participantes, com todas as vantagens daí advenientes para a comunidade escolar.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

14. DIÁLOGOS SONANTES – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE RASTREIO AUDITIVO

Presente e-mail remetido pela empresa Diálogos Sonantes, Lda., a solicitar autorização para ocupação de um espaço com vista à colocação de uma unidade móvel e uma pequena tenda, assim como um ponto de luz, para efeitos de realização de um rastreio auditivo gratuito, no próximo dia 20 de junho de 2019, entre as 10h.30 e as 19h.00.

Considerando que a ação a desenvolver se revela de grande interesse para a população concelhia, nomeadamente no que respeita à saúde auditiva, a que acresce o facto de ser gratuita, propõe-se que a Câmara Municipal delibere autorizar apenas o pedido de ocupação do espaço público em apreço, na Praça Visconde de Castanheira de Pera, nos termos do disposto no artigo 21.º do Anexo I do Regulamento Geral das Taxas do Município de Castanheira de Pera.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

15. CERCICAPER – COOPERATIVA PARA A EDUCAÇÃO E REABILITAÇÃO DE CIDADÃOS INADAPTADOS DE CASTANHEIRA DE PERA – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TRANSPORTE E DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS RESPECTIVAS TAXAS E PEDIDO DE APOIO PARA CERIMÓNIA A REALIZAR EM 17/06/2019

Presente pedido formulado pela Cercicaper – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Castanheira de Pera para cedência de transporte, com destino a Lavra, no dia 29 de junho de 2019, a fim de o Rancho



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

Folclórico “Os Serranos” participar no VIII Festival de Danças e Cantares da ALADI, bem como a isenção do pagamento das respetivas taxas.

Presente e-mail da mesma entidade a solicitar apoio logístico ao Município para a realização de um evento no dia 17/06/2019.

Considerando o elevado préstimo que esta instituição tem no âmbito das respostas sociais do Município, de que resulta inegável benefício para a população local, bem como para a população de vários concelhos limítrofes, uma vez que a ação desta entidade se estende para além das fronteiras concelhias;

Considerando que a requerente carece de apoio para o desenvolvimento de atividades que se revelam uma mais-valia, designadamente, para o seu público-alvo;

Considerando o espírito de colaboração que deve presidir às relações institucionais e que tem sido fomentado por ambas as partes, com manifestos benefícios para o bem-comum;

Propõe-se que, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere dar deferimento ao pedido de transporte formulado, isentando a requerente do pagamento das respetivas taxas.

Mais se propõe, que, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar a decisão da Sra. Presidente da Câmara no sentido de indeferir o pedido de apoio logístico formulado, por inexistência dos materiais/equipamentos requeridos, pese embora o reconhecimento de que o evento apenas se poderia concretizar com a utilização dos mesmos.

Propõe-se ainda que a Câmara Municipal delibere atribuir àquela entidade um subsídio no montante de 950,00 € (novecentos e cinquenta euros) para auxílio no desenvolvimento da atividade da mesma.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com as abstenções dos Srs. Vereadores do PS.

16. ADXTUR – AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DAS ALDEIAS DO XISTO – ACORDO DE PARCERIA E CONTRATO DE CONSÓRCIO

Ponto retirado da ordem do dia, em virtude de haverem alguns esclarecimentos a obter junto desta entidade, indisponível até a presente reunião.

17. BALANCETE

Foi presente o balancete referente ao dia 14 de junho de 2019, no qual consta que o total de disponibilidades desta Câmara Municipal era nesse dia de 2.171.512,84 € (dois milhões cento e setenta e um mil quinhentos e doze euros e oitenta e quatro centimos), sendo as operações orçamentais no valor de 2.133.969,20 € (dois milhões cento e trinta e três mil novecentos e sessenta e nove euros e vinte centimos) e as operações não orçamentais no valor de 37.543,64 € (trinta e sete mil quinhentos e quarenta e três euros e sessenta e quatro centimos). Os movimentos de Tesouraria ascendiam nesse mesmo dia ao montante de 2.181.656,14 € (dois milhões cento e oitenta e um mil seiscentos e cinquenta e seis



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

euros e catorze cêntimos), valor que inclui o montante de 10.143,30 € (dez mil cento e quarenta e três euros e trinta cêntimos) em documentos.

Tomado conhecimento.

18. PAGAMENTOS

Foi presente listagem dos pagamentos autorizados e efetuados entre 29/05/2019 e 14/06/2019, registados sob os números 708 a 790, no valor total de 151.544,29 € (cento e cinquenta e um mil quinhentos e quarenta e quatro euros e vinte e nove cêntimos), respeitantes a despesas orçamentais.

Tomado conhecimento.

19. ALTERAÇÕES ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2019

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar os despachos proferidos pela Sra. Presidente em 31/05/2019 e em 11/06/2019, autorizando, respetivamente, as 9.ª e 10.ª alterações às Grandes Opções do Plano, no valor de 6.000,00 € (seis mil euros), por reforço e anulação, no Plano Plurianual de Investimentos, e de 235.000,00 € (duzentos e trinta e cinco mil euros) no Plano Plurianual de Investimentos, por reforço.

Mais se propõe que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do diploma supra referido, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 11.ª alteração às Grandes Opções do Plano, no valor de 2.100,00 € (dois mil e cem euros) nas Atividades Mais Relevantes, por reforço e anulação, e de 1.600,00 € (mil e seiscentos euros) no Plano Plurianual de Investimentos, igualmente por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

20. ALTERAÇÕES AO ORÇAMENTO DE 2019

Propõe-se que, nos termos e para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º, do anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar os despachos proferidos pela Sra. Presidente em 31/05/2019 e em 11/06/2019 autorizando, respetivamente, a 10.ª e a 11.ª Alterações ao Orçamento da Despesa, no valor de 6.000,00 € (seis mil euros), por reforço e anulação, e de 235.000,00 € (duzentos e trinta e cinco mil euros), igualmente por reforço e anulação.

Mais se propõe que, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I do diploma supra referido, em conjugação com o estipulado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a Câmara Municipal delibere aprovar a 12.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, no valor de 10.700,00€ (dez mil e setecentos euros), também por reforço e anulação.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

21. CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS DO GRUPO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

Nos termos da alínea i) do n.º1 do art.º 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e tendo em conta o disposto nos artigos 75.º e 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, propõe-se a aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas relativos ao exercício de 2018, que se dão aqui por reproduzidos, fazendo parte integrante da presente deliberação.

Propõe-se, ainda, a sua submissão à Assembleia Municipal, para os efeitos previstos na alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por maioria e em minuta, com os votos contra dos Srs. Vereadores do PS.

22. PEDIDO DE REDUÇÃO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO

Presente o Despacho proferido pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal, datado de 6 de junho, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, determinando a aprovação do pedido de redução de taxas referentes à operação urbanística de Construção de Empreendimento destinada a Alojamento Local, cujo titular é ARTVILLA, LDA, com sede na Rua João Bebiano, S/N, vila de Castanheira de Pera.

Propõe-se, que considerados verificados os pressupostos do n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara delibere ratificar o mencionado despacho, cuja cópia se anexa à presente deliberação e que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais, fazendo da mesma parte integrante.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

23. PEDIDO DE CONFIRMAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL

Presente o requerimento n.º 1919/2019, de 20 de maio de 2019, apresentado por JOSÉ FERNANDES ANTUNES, solicitando a emissão de certidão atestando que o prédio/edificação, com o artigo matricial n.º 957, sito no Vale do Mendo, Bolo, da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, se encontra em ruínas.

Presente o Auto de Vistoria n.º 3/SPOPU/2019, datado de 28 de maio 2019, atestando que o aludido prédio se encontra, efetivamente, em ruínas, não possuindo condições para ser utilizado como habitação.

Propõe-se que, com base nos fundamentos constantes do referido auto de vistoria que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante, a Câmara Municipal delibere, a confirmação do estado de ruína do prédio/edificação com o artigo matricial n.º 957.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

24. CONDICIONAMENTO DE VIAS DE TRÂNSITO – EMPREITADA DE “BENEFICIAÇÃO, REPARAÇÃO, AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

PLUVIAIS (RUA JOÃO BEBIANO E PRACETA 15 DE NOVEMBRO DE 1502)” – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO

Presente edital referente ao condicionamento de trânsito na Rua João Bebiانو e Praceta 15 de Novembro de 1502, no âmbito da empreitada de “Beneficiação, reparação, ampliação de rede de saneamento e pluviais”.

Propõe-se que, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere ratificar a decisão no sentido do condicionamento ao trânsito nas referidas vias, nos termos do edital supra indicado.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

25. PASSADIÇOS DAS QUELHAS – ABERTURA DE PROCEDIMENTO

Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere aprovar o projeto “Passadiços das Quelhas”, que consiste na construção de um passadiço em madeira na margem direita da Ribeira das Quelhas e respetivas infraestruturas de apoio.

Atendendo ao estipulado no n.º 1 do artigo 36.º e no artigo 38.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, propõe-se também que a Câmara Municipal delibere autorizar a despesa e a abertura do procedimento de concurso público para execução da empreitada “Passadiços das Quelhas”, com o valor base de 346 444,90 € (trezentos e quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA, nos termos e com os fundamentos constantes do Parecer n.º 47/SPOPU/2019, datado de 14 de junho de 2019, que aqui se dá por reproduzido para todos os efeitos legais, fazendo da presente deliberação parte integrante.

Mais se propõe, de modo a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 40.º do CCP, que a Câmara Municipal delibere aprovar as peças procedimentais que constituem o procedimento acima referido.

Propõe-se ainda, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, a designação dos seguintes elementos para constituição do júri de concurso:

- Presidente – Paula Maria Teixeira dos Santos
- Vogal Efetivo – João Pedro Farinha Pegado
- Vogal Efetivo – Pedro Jorge Coelho Henriques Veras
- Vogal Suplente – Élia Milene Andrade Prata
- Vogal Suplente – Vítor Henriques Silva.

Por último, propõe-se a designação do Eng.º Rui Manuel Almeida e Silva, Técnico Superior do mapa de pessoal deste Município, como gestor do contrato, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

26. HASTA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE MATERIAL LENHOSO

Considerando que o material lenhoso existente no prédio sito em Cabeceiro Alto Cumeada (Torgal), inscrito na matriz rústica da União das Freguesias de



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

Castanheira de Pera e Coentral sob o artigo n.º 19888, propriedade deste Município, foi atingido pelo incêndio de junho de 2017, tendo, posteriormente, sido cortado pela Serração Progresso Castanheirense, alegadamente por lapso; Considerando que urge proceder à retirada do referido material no sentido de, por um lado, dar cumprimento às regras de defesa da floresta contra incêndios e, por outro lado, evitar uma maior deterioração do mesmo e a sua consequente desvalorização;

Considerando que é, assim, de interesse para o Município proceder à alienação do material lenhoso em apreço com a maior brevidade possível; Considerando que, após a deliberação tomada pela Câmara Municipal em 13/05/2019 no sentido de se proceder à realização de hasta pública para alienação do aludido material lenhoso, se verificou a necessidade de dar cumprimento aos artigos 266.º-A a 266.º-C do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua última redação;

Considerando que, conforme o disposto no n.º 2 do artigo 266.º-B do CCP, foi proferido despacho pela Sra. Presidente da Câmara a 23 de maio de 2019, para que se procedesse à publicitação da disponibilização do material lenhoso no site www.basegov.pt, pelo período de 5 dias;

Considerando que no âmbito da referida publicitação não se verificaram quaisquer manifestações de interesse no material lenhoso em causa;

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere o seguinte:

- Revogar a deliberação supramencionada tomada em reunião ordinária deste órgão de 13/05/2019;
- Ratificar o despacho proferido pela Sra. Presidente em 23/05/2019 acima referido, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- Aprovar a alienação, através de hasta pública, do material lenhoso, ao abrigo do estipulado pela alínea cc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 5 do artigo 266.º-B do CCP;
- Estipular para o efeito, nos termos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 266.º-C do CCP, o valor de 4.050,00 € (quatro mil e cinquenta euros) como base de licitação, conforme avaliação efetuada pela Associação Florestal de Ansião, cuja cópia se anexa e se dá aqui por reproduzida para todos os efeitos legais;
- Aprovar os respetivos Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, conforme cópias que se anexam e se dão aqui por reproduzidas para todos os efeitos legais.

DELIBERAÇÃO:

Proposta aprovada por unanimidade e em minuta

27. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Usou da palavra o munícipe José Romão para apelar que lhe seja solucionado um problema relativo à contagem da água, tendo a Sra. Presidente assumido o compromisso de verificar a questão e tomar as medidas que se afigurem necessárias.

28. ENCERRAMENTO



Câmara Municipal de Castanheira de Pera
ATA N.º 11/2019

Reunião Ordinária de 18 de junho de 2019

Não havendo mais assuntos a tratar, a Sra. Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião pelas vinte e uma horas e trinta e três minutos, tendo-se de tudo lavrado a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Presidente da Câmara Municipal e por mim, Bernardina Pais de Macedo, Chefe da Divisão de Administração Autárquica do Mapa de Pessoal deste Município, que, tendo sido para o efeito designada, a redigi e subscrevo.

A Presidente: _____

A Secretária: _____